
ALMANAQUE



**A COLÔNIA PENAL FEMININA DO RECIFE:
UM ESTUDO SOBRE SUAS OCORRÊNCIAS
NO JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO
(1973-1986)**

RICARDO SÉRGIO DE SOUZA CAMPOS

A COLÔNIA PENAL FEMININA DO RECIFE:
“UM ESTUDO SOBRE SUAS OCORRÊNCIAS NO
JORNAL DIARIO DE PERNAMBUCO (1973-1986)”

AUTOR: RICARDO SÉRGIO DE SOUZA CAMPOS
REVISÃO E ORIENTAÇÃO: LEANDRO NASCIMENTO DE
SOUZA

C198C CAMPOS, RICARDO SÉRGIO DE SOUZA.
ALMANAQUE : A COLÔNIA PENAL FEMININA DO
RECIFE: UM ESTUDO SOBRE SUAS OCORRÊNCIAS NO
JORNAL DIARIO DE PERNAMBUCO (1973- 1986) / RICARDO
SÉRGIO DE SOUZA CAMPOS, 2024.
30 F. : IL.

Originalmente apresentado como Relatório técnico de
Mestrado Profissional em História.

1. Colônia Penal Feminina do Recife - História.
2. Historiografia. 3. Prisões - História.

I. Título.

CDU 930.2
POLLYANNA ALVES - CRB4/1002



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL

03	APRESENTAÇÃO
05	1. A REFORMA PRISIONAL EM PERNAMBUCO (1973-1986)
07	INDICAÇÃO DE LEITURA
07	2. AS MULHERES E A COLÔNIA PENAL FEMININA DO RECIFE (1973-1986)
11	3. GOVERNOS QUE PASSARAM PELA REFORMA PRISIONAL
12	3.1 GOVERNO DE ERALDO GUEIROS 1971 - 1975
13	3.1.1 REPORTAGENS DO PERÍODO
14	3.2 GOVERNO DE FRANCISCO MOURA CAVALCANTI 1975 - 1979
15	3.1.2 REPORTAGENS DO PERÍODO
18	3.3 GOVERNO DE MARCO MACIEL 1979 - 1982
19	3.3.2 REPORTAGENS DO PERÍODO
24	3.4 GOVERNO DE ROBERTO MAGALHÃES 1983 - 1986
24	3.4.1 REPORTAGENS DO PERÍODO
27	4. LINHA DO TEMPO
28	5. CONSIDERAÇÕES FINAIS
29	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a Colônia Penal Feminina do Recife, no que tange à sua história, fatos ocorridos e acontecimentos, tomando como *corpus* de investigação o jornal Diário de Pernambuco, entre os anos de 1973 e 1986, quando se encampou, no Estado de Pernambuco, uma reforma prisional a partir da desativação da casa de detenção do Recife e a criação de novas penitenciárias. Quanto às mulheres encarceradas, o local de cumprimento da pena de privação de liberdade continuou sendo, durante o período, a Colônia Penal Feminina do Recife, localizada na Rua do Bom Pastor, no Bairro do Engenho do Meio.

Essas prisioneiras eram normalmente representadas através de um encucamento de uma boa conduta durante o cumprimento da pena. Assim, a punição mesclava-se com a moralidade, pois as ditas “reeducandas” deviam evitar o envolvimento afetivo entre elas. Proibia-se também o recebimento de visitas íntimas. Do ponto de vista da política de ressocialização, houve ainda uma defesa da capacitação profissional das presas para atividades domésticas.

De acordo com o tema de nossa pesquisa, em se tratando, particularmente, das mulheres, ainda são pouco os trabalhos desenvolvidos sobre a situação em que se encontram as penitenciárias no Brasil, sobretudo em Pernambuco. Outro ponto também é que a pesquisa envolve o período do Regime Militar, em que, no Brasil, em 1964, o Governo de Goulart foi deposto e, em Pernambuco, ocorreu o afastamento de Miguel Arraes do Governo do Estado.

Assim, atentamos a observar que muito da forma com que eram referidas as representações dessas mulheres, adentravam no estereótipo conservador e patriarcal, mas que eram retratados como forma de “reeducação” das detentas. Com esta pesquisa, temos também a possibilidade de compreender os discursos e propagandas do Estado no contexto do Regime Civil Militar, a respeito da Reforma Prisional e, sobretudo, como o Estado e as mídias enxergavam os presos, especialmente as mulheres.

Em 13 de março de 1971 foi publicado o Decreto nº 2.340, cujo conteúdo era o seu regulamento, em que fora definida sua finalidade, no artigo primeiro: “O Sistema Penitenciário do Estado de Pernambuco, integrado pelos órgãos diretamente relacionados com a execução penal do Estado, tem como finalidade uniformizar a política, as diretrizes técnicas e administrativas – e os procedimentos relativos à custódia, ao tratamento e ao treinamento dos sentenciados, bem como a guarda e administração dos estabelecimentos penais”. Foi publicado, ao lado desse o Decreto nº 2.341 (Regulamento Penitenciário do Estado), que explicava as metas no âmbito administrativo dos estabelecimentos penais.

Com a desativação da denominada Casa de Detenção do Recife, no ano de 1973, a população carcerária aos poucos foi sendo transferida para a Penitenciária Agrícola de Itamaracá e Penitenciária Professor Barreto Campelo, devidamente ampliada, antes denominada Colônia Penal da Macaxeira (Seres, 2012).

Quanto às mulheres encarceradas, diferentemente dos homens que estavam em diversas penitenciárias, elas continuaram alojadas na Colônia Penal Feminina do Recife.

Assim como com relação aos homens, o discurso do Estado era o mesmo quanto ao segmento feminino, de “recuperar” as mulheres reclusas, principalmente se valendo desses elementos religiosos exercidos pelas freiras. Comparando-se com os presos do sexo masculino, notamos distinções tanto nas atividades praticadas no cotidiano das mulheres no presídio, como também das atividades profissionais que lhes eram ofertadas. Por exemplo: enquanto que nestes últimos, os homens encarcerados podiam desenvolver atividades de cursos de eletricista e bombeiro, para as mulheres era comum que houvesse atividades mais simples, destinadas à “costura”, ao “corte de cabelo” e às atividades domésticas. Podemos perceber esse exemplo na matéria abaixo do Jornal da Manhã.

A superintendência do Sistema Penitenciário de Pernambuco vai iniciar na próxima semana a segunda etapa do programa de cursos profissionalizantes para detentos, mediante convênio da secretaria de Justiça e Secretaria de trabalho e ação social. Desta vez, vão ser ministrados cursos de eletricista e bombeiro hidráulico para os sentenciados das penitenciárias agrícola de Itamaracá e Barreto Campelo[...]. Ainda dentro desse programa de formação profissional, as detentas da Colônia Penal feminina iniciarão, também na próxima semana, o curso de artes domésticas, abrangendo as modalidades de decoração, tapeceira, corte e costura, bordado de mão, etc. Para o período de abril-julho, estão previstos cursos de auxiliar de enfermagem e auxiliar de maternidade (Jornal da manhã, seção C, 12 de dezembro de 1 de 1978).

Dentro da Reforma do Sistema Penitenciário, O Estado, alinhado com a imprensa, passavam a ideia de que as prisões eram vistas como um elemento restaurador, incorporando o pensamento de que, no sistema carcerário, haveria uma transformação do indivíduo.



No entanto, encontraram-se diversos problemas em meio a esse discurso reformista do Sistema Prisional em particular, bem como nas reais dúvidas, quanto a se este sistema recuperaria o indivíduo conforme as propagandas.



De acordo com Aguirre, "nas prisões são muitas coisas ao mesmo tempo: instituições que representam o poder e a autoridade do Estado; arenas de conflito; negociação e resistência; espaços para a criação de formas subalternas de socialização e cultura; poderosos símbolos de modernidade (ou ausência dela); artefatos culturais que representam as contradições e tensões que afetam a sociedade". (2009, pág. 35)

1. A REFORMA PRISIONAL EM PERNAMBUCO (1973-1986)

Na matéria a seguir, o Diário de Pernambuco enaltece os primeiros passos da reforma prisional no governo de Eraldo Gueiros, uma vez que o Diário apoiava o regime ditatorial do país, endossando os discursos das autoridades governamentais à política reformista local e federal, onde, apesar do discurso de recuperação e humanização, a prova da modernização do sistema penitenciário estava atrelada à construção de novos presídios.

“Foi o sistema penitenciário para onde voltamos em primeiro lugar as nossas atenções, dado ao estado em que se encontrava a velha casa de Detenção do Recife, como uma chaga no rosto do Recife, recebendo detentos e amontoando os uns por cima dos outros como se fossem meros objetos. Encontramos mais de 1000 detentos num presídio com capacidade máxima de 300. Foi então idealizado em termos simples, porém higiênicos e confortáveis, o complexo prisional de Itamaracá.” (Diário de Pernambuco, Caderno 1, p.27, de 7 de janeiro de 1973).

A Reforma Prisional em Pernambuco teve início no ano de 1973, na gestão do governador Eraldo Gueiros, com a desativação da Casa de Detenção e a criação de novos presídios, como a Penitenciária Barreto Campelo, o Presídio de Canhotinho, o Presídio de Floresta e o Presídio Aníbal Bruno. Em uma entrevista do secretário de Justiça da época, José Paes de Andrade, ao Diário de Pernambuco, “é possível perceber o entusiasmo do Estado com essa reforma no Sistema Prisional”.

Fim da Detenção marca início de uma nova era no sistema penitenciário

Na Figura 1, ao lado, consta a reportagem do Diário de Pernambuco, evidenciando os primeiros passos da reforma prisional. Nessa imagem, o Governador Eraldo Gueiros Inaugurando as obras que transformariam o prédio da velha Detenção em um centro de cultura. Fonte: Diário de Pernambuco, 16/03/1973, 1º Caderno, p. 6.



Figura 1: Diário de Pernambuco, 16/03/1973, 1º Caderno, p. 6.

“Hoje em Pernambuco, com a construção da Penitenciária Prof. Barreto Campello, do Pavilhão Ministro Romeiro Neto, anexo à Penitenciária de Itamaracá, do Presídio Mourão Filho e da quase concluída Penitenciária do Sertão, no município de Floresta, todos edificadas dentro de padrões de arquitetura prisional cuja preocupação foi sobretudo a funcionalidade, aliando ao atendimento de exigências mínimas de conforto para o preso, a garantia da segurança interna e externa, e com a manutenção e melhoramento da Colônia Penal Feminina, do Manicômio Judiciário e das cadeias públicas do Interior, obteve-se uma Infraestrutura que permite a indispensável diversificação do tratamento penal, exigência maior da moderna Ciência Penitenciária”.

Fonte: Diário de Pernambuco, 16/03/1973, p. 6.

Os discursos utilizados pelo Estado, com o apoio do Diário de Pernambuco, passavam a ideia para as pessoas de que a Reforma Prisional não tinha apenas como objetivo “modernizar” os presídios após a desativação da Casa de Detenção do Recife, mas também modificar a forma como o detento era visto pelo Estado, incutindo no pensamento da população uma narrativa, segundo a qual, se antes o criminoso era simplesmente retirado da sociedade em decorrência de um ato criminal, agora, o Estado, a partir da reforma, trazia para si o discurso de que iria “recuperar” esses indivíduos através de uma “reeducação”. Isso se torna perceptível na matéria exemplificada acima, quando o Secretário destaca que os locais dispõem de uma boa estrutura para um melhor “tratamento penal, exigência maior da moderna ciência penitenciária”. Com isso, o governo mostrava a propaganda de que a secretaria tinha como alvo os delitos, mas não necessariamente os indivíduos que cometiam os crimes, haja vista que eles deveriam ser recuperados. Então as citadas “modernas” penitenciárias (*Fala do Secretário*) passaram a ser exemplos de críticas, superlotação e fugas em décadas posteriores, expondo as falhas dessa reforma.

Nas pesquisas feitas nas obras dos teóricos que falaram sobre os estudos das prisões, como Michel Foucault em sua obra *Vigiar e Punir*, obteve-se embasamento para realizar críticas a essa Reforma Prisional, baseadas no discurso de “resgate” dos presos.

Os presídios eram vistos como elementos de repressão por parte do Estado, onde ele exerceria o controle da ordem pública e do criminoso.

Habitualmente se acredita que a prisão era uma espécie de depósito de criminosos, depósito cujos inconvenientes se teriam constatado por seu funcionamento, de tal forma que se teria dito ser necessário reformar as prisões, fazer delas um instrumento de transformação dos indivíduos. Isto não é verdade: os textos, os programas, as declarações de intenção estão aí para mostrar. Desde o começo a prisão devia ser um instrumento tão aperfeiçoado quanto a escola, a caserna ou o hospital, e agir com precisão sobre os indivíduos. (*Foucault, 1979*)



INDICAÇÃO DE LEITURA



Livro Vigiar e Punir, Michel Foucault, 1979.

A obra "Vigiar e Punir", do filósofo francês Michel Foucault, analisa a história da legislação penal e dos métodos de punição, bem como a evolução das práticas punitivas, seus objetivos e instituições, buscando compreender as dinâmicas do sistema penitenciário. Sua obra foi publicada originalmente em 1975.



2. AS MULHERES E A COLÔNIA PENAL FEMININA DO RECIFE (1973-1986)

Com o começo da reforma prisional em Pernambuco, quanto às mulheres encarceradas, o local de cumprimento da pena de privação de liberdade continuou sendo durante o período, a Colônia Penal Feminina do Recife, que era denominada de Colônia Penal Feminina do Bom Pastor (Figura 3 abaixo) em virtude da Congregação Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor (formada por religiosas) ter sido a primeira em Pernambuco responsável pela ordem e disciplina das presidiárias.

Após entendimento entre o governador Agamenon Magalhães e a Congregação Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor, foi lançada, em 03 de outubro de 1943, a pedra fundamental em 10 hectares de terreno situado na zona rural, hoje bairro do Engenho do Meio. A Congregação adquiriu o terreno e o Estado construiu as edificações.



Figura 3: Diário de Pernambuco, dom.13 de novembro de 1977. 308(1). Pág. B-6.

Em 05 de novembro de 1945, foi inaugurado o prédio situado a Rua do Bom Pastor, no Engenho do Meio. Na ocasião, foram transferidas para as novas instalações 120 internas e 20 presidiárias, com o acompanhamento de 20 religiosas.

A missão das irmãs do BOM PASTOR é de cunho religioso e no intuito de ensinar um ofício às mulheres desfavorecidas da comunidade.

No entanto, foi a partir de um acordo com o Governo na época que as freiras aceitaram em seu espaço 20 presidiárias, cuja finalidade seria também ensinar-lhes um ofício, bem como reeducá-las, segundo as regras do Apostolado Católico. Apesar de ser subordinada administrativamente ao Estado, tinham uma certa autonomia para regular internamente. Na Figura Nº 4 abaixo.

As detentas confeccionavam tapetes e outros produtos sob orientação e instrução das freiras.

Durante a reforma prisional, em se tratando das mulheres, o Estado possuía uma vigilância maior para com essas detentas, visando inculcar uma “boa conduta” às “reeducandas” durante o cumprimento da pena. Assim, o elemento da punição mesclava-se com a moralidade, tendo a preocupação de evitar o envolvimento afetivo entre as mulheres e o recebimento de visitas íntimas, bem como a capacitação profissional das presas para atividades “domésticas”.



Figura 4: Foto ilustrativa das atividades efetuadas dentro da colônia penal Feminina do Bom Pastor (Diário de Pernambuco, terça, 11 de março de 1980. Edição: 68 (01) p. 1ª. Seção. C).

A reportagem, que pode ser lida na Figura 5 ao lado, mostra claramente o Estado enaltecendo o golpe militar de 1964, com apoio do Diário de Pernambuco. A Secretaria de Justiça programou uma missa na Colônia Penal Feminina e comemorações, com palestras e torneio de futebol entre equipes de Itamaracá e Barreto Campelo.

Bom Pastor realiza missa com detentas

A Secretaria da Justiça de Pernambuco programou para hoje, em seus diversos órgãos, comemorações alusivas ao 12o. aniversário da Revolução de Março. A Colônia Penal Feminina inicia o programa com missa.

Na Penitenciária Agrícola de Itamaracá, os detentos assistem, às 10 horas, a uma palestra sobre a Revolução, a cargo do advogado Plauto Moreira, da Secretaria da Justiça. A tarde, haverá um jogo de futebol entre as equipes de Itamaracá e Barreto Campelo, em disputa da Taça Revolução.

Figura 5: Diário de Pernambuco. Quarta, 31 de março de 1976. Edição 87(1). 1º Caderno. p.2.

No VI Colóquio de História (2013) da Universidade Católica de Pernambuco, os Aurores Talytha Rafaella de Oliveira e Lucimar Avelino da Silva **relatam** que a Colônia Penal Feminina, que abrigou mulheres presas entre os anos de 1969 e 1975, teve uma história peculiar. Diferentemente das demais presas, essas mulheres eram consideradas de atividades subversivas, ligadas a organizações de esquerda e acusadas de crimes contra o regime militar instalado no Brasil desde abril de 1964.

Essa história é um testemunho importante da resistência e da luta dessas mulheres durante o regime militar no Brasil. Oliveira, T. R., & Silva, L. A. (2013). A história das presas políticas do Bom Pastor.

Anais Eletrônicos do VI Colóquio de História, 255-260.

“O que a Superintendência do Sistema Penitenciário – Susipe – pretende, em termos de melhoramentos para a colônia? Seu superintendente, major José Siqueira, afirma que não só a Susipe, mas a própria secretaria da justiça, através de Luiz Gonzaga de Vasconcelos, pensa em melhorar a Colônia Penal Feminina, como também pretende melhorar todas as unidades do Sistema”.

Fonte: (Diário de Pernambuco, terça, 11 de março de 1980. Edição: 68 (01), p. 1º. Seção. C)

Na matéria ao lado, o Superintendente do Sistema Penitenciário, Major José Siqueira, alinhado com a Secretaria de Justiça, “pensa” em melhoramentos para a Colônia Penal Feminina, bem como todas as unidades do sistema, prometendo melhorias com construções de benfeitorias, comemorando ainda os benefícios de uma detenta e seu marido através do sistema aberto do cumprimento de pena. Todo esse discurso do Estado reflete a ideia, com o apoio do Diário de Pernambuco de que o sistema prisional de Pernambuco é exemplo para o país, porém, com o passar dos anos, esse sistema continuou sucateado, com o aumento das prisões, fugas e rebeliões, demonstrando que o discurso de recuperar o indivíduo não foi facilmente aceito pela sociedade.

“No planejamento de verbas – contínua- existe uma que pretende viabilizar a realização de algumas das reivindicações da Colônia, tais como a construção de uma portaria, construção de alojamentos, entre outros”. “Além disso- conclui- procuramos ampliar a possibilidade de trabalho externo de albergamento. Nesta colônia, conseguimos que uma detenta- Hilda Maria da Conceição- e seu marido, também preso, fossem trabalhar numa granja, através do sistema aberto. Ela vem para a prisão de 15 em 15 dias. Nós vamos incentivar este sistema, ainda mais, aqui”.

Assim, utilizamos o conceito de Roger Chartier para compreender esses discursos midiáticos, uma vez que representam um grupo que visa influenciar a opinião do leitor com um certo posicionamento.

Conforme Roger Chartier, qualquer fonte documental que for mobilizada para qualquer tipo de história nunca terá uma relação imediata e transparente com as práticas que designa. Sempre a representação das práticas tem razões, códigos, finalidades e destinatários particulares. Identificá-los é uma condição obrigatória para entender as situações ou práticas que são o objeto da representação. (Chartier, 2011).

Desse modo, é de grande importância que os historiadores que pesquisam os jornais como fonte, estejam atentos a esse entendimento sobre as representações, a fim de que não comprem como verdade o discurso que é repassado ou “vendido” pelo autor.

O outro lado da vida de uma condenada



A Reportagem da jornalista Ana Maria Guimarães, Figura 6, aborda quais seriam os motivos que levam as mulheres a escolherem os caminhos do crime, ela conclui que a condenada é uma mulher igual às outras, e o que justifica o seu ato são as circunstâncias, o momento, o meio, o desespero, a sua própria condição de ser humano.

A matéria refere-se à rotina das detentas, os dias de visitas, como é o cotidiano da vida de uma condenada.



Figura 6: Diário de Pernambuco, dom. 04 de abril de 1976. Ed. 91(2), ps. 08 e 09.

“O início está marcado para as 6:00 horas. No presídio feminino começa um novo dia que sem a menor dúvida será para as mulheres que ali se encontram cumprindo penas igualzinho aos outros. Depois de arrumarem suas celas as detentas seguem para o lavatório. Tomam banho, escovam os dentes, penteiam os cabelos. As mais vaidosas passam alguma pinturinha. Depois vão para o refeitório tomar o café da manhã. As 8:00 horas são feitos os serviços da limpeza do prédio da penitenciária feminina e em seguida cada uma se dedica as suas atividades”.



3. GOVERNOS QUE PASSARAM PELA REFORMA PRISIONAL

Serão exibidas algumas matérias do Diário de Pernambuco, as quais apresentam este aspecto da Detenção no Estado, em se tratando das mulheres na Colônia Penal Feminina. Consideramos este capítulo seja o mais importante do Almanaque, pois nele colocaremos, em ordem cronológica, as matérias publicadas durante os governos que passaram pela reforma, com nossos comentários.

O surgimento de novos presídios reflete a materialização do discurso de reformulação do Sistema Prisional do Estado de Pernambuco, a “menina dos olhos do governador”. Para legitimar essas ações do governador, criou-se um discurso de modernidade dos presídios, enaltecendo os feitos do Estado de Pernambuco quanto a esse propósito. Pode-se dizer que essa ideia se tornou facilmente vendida na imprensa, sendo comum, na década de 70, encontrarmos matérias que ressaltam os logros dessa reformulação, bem como o espaço para falas de pessoas diretamente ligadas a essas ações.



3.1 GOVERNO DE ERALDO GUEIROS

1971 – 1975



Figura 7: Diário de Pernambuco, terça-feira, 16 de março de 1971, primeira página.

Eraldo Gueiros Leite nasceu em 18 de janeiro de 1912, em Canhotinho, Pernambuco, filho de José Ferreira Leite e Amélia Gueiros Leite.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Recife, em 1935.

Exerceu a função de promotor público na comarca de Águas Belas, Pernambuco.

Em 1937, foi nomeado adjunto de promotor público da Justiça Militar.

Em 1964, a convite do presidente da República, marechal Humberto Castelo Branco, transferiu-se para o Rio de Janeiro, a fim de assumir a Procuradoria-Geral da Justiça Militar. Nomeando em 2 de setembro, tomou posse e entrou em exercício em 16 de setembro de 1964, cargo em que se conservou até 19 de fevereiro de 1968.

Em outubro de 1970, foi eleito governador do estado pela Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, com mandato de 1971 a 1975.

Eraldo Gueiros casou-se com Olga Monteiro Gueiros Leite, com quem teve cinco filhos e, em segundas núpcias, com a Dra. Marli Gueiros Leite, subprocuradora-geral da Justiça Militar, já aposentada.

† Faleceu no dia 5 de março de 1983.

Foi indicado para o governo de Pernambuco pelas eleições indiretas pelo partido da Arena, foi o primeiro governador da reforma prisional no período de março de 1971 a março de 1975.

Em 1973, na gestão de Eraldo Gueiros e, posteriormente, nos outros governos até o final da reforma prisional (1986), foram construídos diversos presídios, que eram utilizados como discursos para solução dos problemas do sistema penitenciário pernambucano, onde se defendia o regime militar, com ampla divulgação das matérias pela imprensa pernambucana, sobretudo do Diário de Pernambuco, que também apoiava o regime ditatorial.

3.1.1 REPORTAGENS DO PERÍODO

A Figura 8 evidencia que a matéria tenta passar a ideia de que, apesar de os detentos não sentirem a alegria dessa comemoração, estão conformados, uma vez que estão ali para serem reeducados e não punidos. Um detalhe importante: nenhum detento foi entrevistado para confirmar se concordava com a afirmação da matéria. Na Colônia Penal do Bom Pastor, houve festa de confraternização entre diretoria e reclusas, com um bolo após missa de ação de graças, com o mesmo discurso ressaltando que, quando se erra, vem a pena, que é a forma do reencontro do caminho do bem.

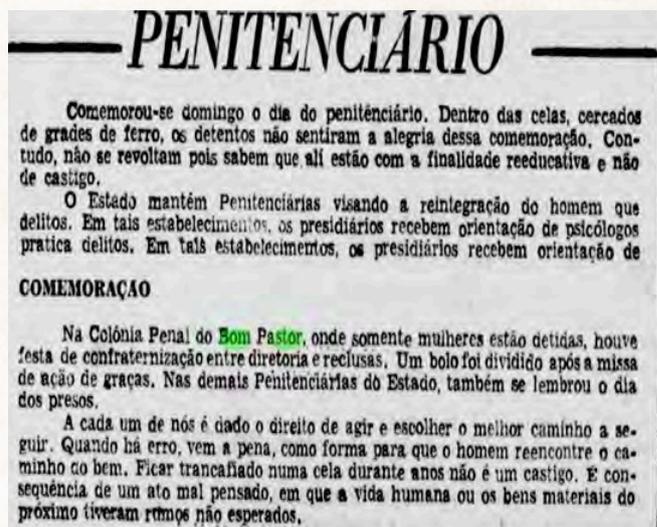


Figura 8: Diário de Pernambuco, terça, 1 de maio de 1973. Ed 115(1), 2º caderno, p 12.

João Alberto

AS NOVIDADES DO WOMEN'S CLUB

♦ A exposição das tapeçarias executadas por sócias do Women's, irmãs e detentas do "Bom Pastor", realizar-se-á no dia 30. Os desenhos foram feitos por artistas de Pernambuco e uma que no momento se encontra na Colônia Penal de Mulheres Delinquentes. Os trabalhos estão realmente muito bonitos e serão vendidos por preços acessíveis.

♦ Os desenhos doados por Sônia Maciel e Nazareth Bittencourt para a tapeçaria da Lojinha de Boa Viagem transformaram-se em duas peças de arte tapeçaria nas mãos hábeis das sócias Jaidete Cunha e Irene Tinoco.

♦ O artista Wilton de Sousa, apesar de ter sido um dos últimos a entregar o desenho que executou para o Women's Club, terá o prazer de vê-lo exposto, no dia 30, junto a uma bela tapeçaria.

♦ Parte dos trabalhos de tapeçaria da Lojinha de Boa Viagem foram feitos por irmãs e detentas da colônia penal feminina ("Bom Pastor"). De tudo, porém, o mais importante foi o trabalho executado por uma detenta que, com muita perfeição, transpôs para tecidos não só os desenhos doados por artistas pernambucanos como muitos outros criados por ela própria.

♦ Através da sócia Conceição Moreira Lima a pintora Lúcia Uchoa de Oliveira, da Galeria Vital, ofereceu ao Women's uma tela com paisagem nordestina para a próxima exposição do dia 30.

♦ A pintora Solange Guimarães, que no momento expõe no Clube Português, doou ao Women's, a pedido de Nicinha Cavalcante, uma bela figura do maracatu — a Dama do Paço — para ser executada em tapeçaria e exposta na colônia penal.

Figura 9: Diário de Pernambuco, quarta, 21 de nov. de 1973. Ed. 312B (1), 2º Caderno p 05

Era sempre comum a narrativa do Diário de Pernambuco, juntamente com a secretaria de justiça, de que a Colônia Penal Feminina era um dos órgãos modelo do Sistema Penitenciário de Pernambuco e do Brasil.

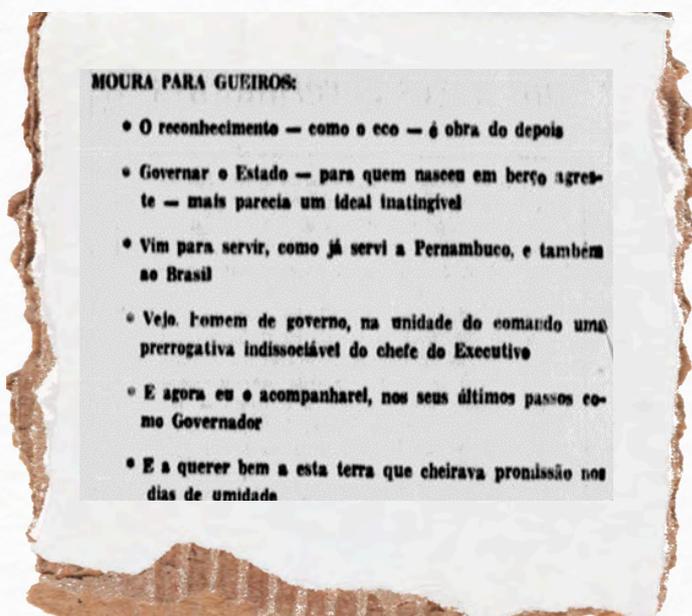
3.2 GOVERNO DE FRANCISCO MOURA CAVALCANTI

1975 – 1979



Figura 10: Diário de Pernambuco, domingo, 16 de março de 1975.
Primeira página.

José Francisco de Moura Cavalcanti, conhecido como Moura Cavalcanti, nasceu no engenho Cipó Branco, no Município de Macaparana (antes era São Vicente Ferrer, Timbaúba), Pernambuco, no dia 20 de outubro de 1925. Filho do Coronel João Francisco de Melo Cavalcanti, influente chefe político da região e de Aurea Moura Cavalcanti, filha de proprietários de terras. Ao ficar órfão de pai e mãe, passou a morar com os avós maternos. Moura Cavalcanti foi político, advogado e administrador brasileiro. Exerceu diversos cargos públicos. Foi Ministro da agricultura, no governo do presidente Médici. Nos seus últimos anos de vida, afastou-se da política devido a um câncer e posteriormente a um aneurisma cerebral, vindo a falecer em Recife, em 28 de novembro de 1994. Foi o segundo governador da reforma prisional entre março de 1975 a março de 1979.



Diário de Pernambuco,
domingo, 16 de março de 1975.
Primeiro Caderno p. 5.



MOURA PARA GUEIROS:

- O reconhecimento — como o eco — é obra do depois
- Governar o Estado — para quem nasceu em berço agreste — mais parecia um ideal inatingível
- Vim para servir, como já servi a Pernambuco, e também ao Brasil
- Vejo, homem de governo, na unidade do comando uma prerrogativa indissociável do chefe do Executivo
- E agora eu o acompanharei, nos seus últimos passos como Governador
- E a querer bem a esta terra que cheirava promessa nos dias de unidade

3.2.1 REPORTAGENS DO PERÍODO

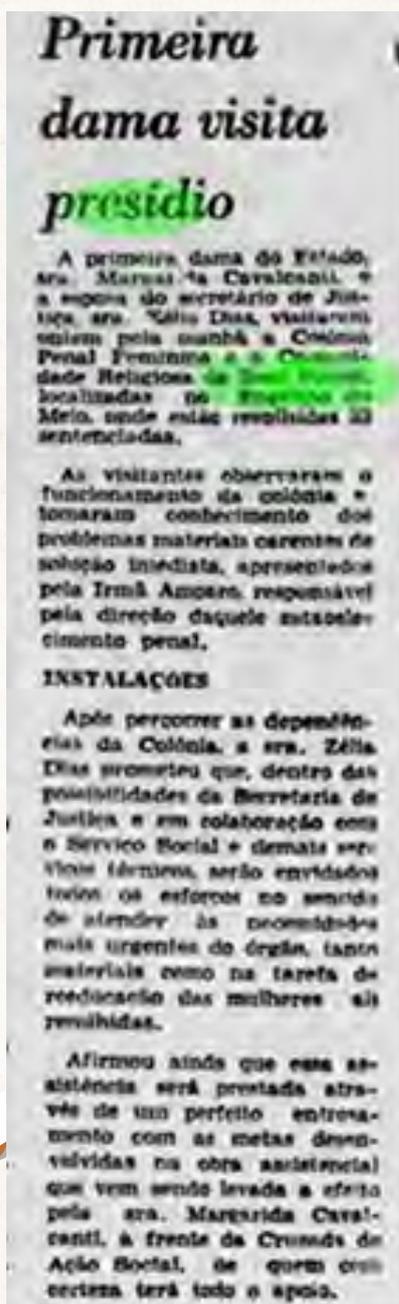


Figura 11: Diário de Pernambuco, sáb. 09 de agosto de 1975. Edição: 212 (01). p. 06, 1ºcaderno.

No Governo de Moura Cavalcanti, assim como foi no governo Eraldo Gueiros, o contexto político era o mesmo, em que Cavalcanti enaltecia o governo anterior, prossequindo com o mesmo discurso reformista, sendo também comum a presença das esposas das autoridades, como se constata na matéria ao lado (Fig. 11), onde a Colônia Penal Feminina recebeu a visita da primeira dama do Estado e a esposa do secretário de justiça, com a promessa de atender às necessidades materiais e sociais das reeducandas do local, dentro das possibilidades da secretaria da justiça e demais órgãos técnicos.



Detentos farão festa, sábado, em Itamaracá

Os detentos da Penitenciária Agrícola de Itamaracá estarão em festa, sábado, com a Botada do Engenho São João e a participação no ato de entrega dos certificados do Curso Supletivo aos reeducandos, além do lançamento da monografia "Universidade é Integração".

O livro — explica o secretário da Justiça, Sérgio Higino Dias Filho — é uma pesquisa sanitária feita pela professora Haydee Teixeira, com a ajuda de universitários, na Penitenciária Mourão Filho e na Colônia Penal Feminina. Dentro de algumas semanas, idêntico trabalho será iniciado nas Penitenciárias Barreto Campelo e de Itamaracá.

Figura 12: Diário de Pernambuco, quarta, 8 de outubro de 1975. Ed. 271(1). 1º cad. p 14.

A reportagem da Figura 12 retrata uma das poucas festividades destinadas à área de educação, que deveria ser a prioridade do governo durante a reforma, haja vista as propagandas de recuperação dos detentos através da reeducação e disciplinamento. Na ocasião serão entregues os certificados do curso de supletivo aos reeducandos e lançamento da monografia "Universidade e Integração", em que o livro é referente a uma pesquisa sanitária feita pela professora Raydee Teixeira, com ajuda de universitários na Penitenciária Mourão Filho e na Colônia Penal Feminina, com a promessa desses trabalhos em outras penitenciárias do Estado.



Figura 13: Diário de Pernambuco Domingo, 14 de dezembro de 1975. Edição. 336(1)



Figura 14: Diário de Pernambuco, terça, 16 de dezembro de 1975. Ed. 338(1), 1º Caderno, p. 3.

A Secretaria de Justiça lança campanha com participação da classe empresarial para colaboração do Natal dos filhos dos presidiários, com doações de objetos de uso pessoal e brinquedos para distribuição para os filhos dos detentos. Haverá apresentação de pastoril, balé e outras atrações na Colônia Penal Feminina. Detalhe que nenhuma empresa na matéria forneceu ou ofertou cursos de capacitação para as detentas, ficando restrito apenas à distribuição de brinquedos para seus filhos e programações culturais, ficando cada vez mais evidentes as falhas dessa reforma prisional. Figura 13 ao lado.

Após quase um ano de governo Moura Cavalcanti, assim como foi no governo Eraldo Gueiros, eram comuns as festividades culturais nos presídios. A Figura 14 ao lado refere-se à matéria que reporta a propaganda do governo através da festividade que será realizada pela Secretaria da Justiça, organizada pela esposa do Secretário de Justiça em comemoração ao Natal dos filhos das reeducandas da Colônia Penal Feminina, com distribuição de presentes para as crianças e as mães reclusas, passando a ideia, para os leitores, de que a Colônia Penal Feminina, através da administração das freiras, era um modelo para o sistema penitenciário de Pernambuco, porém poucas eram as pessoas que tinham acesso a visitas e que, de fato, foram investigar esse acontecimento.

Na reportagem da Figura 15 (página a seguir), o secretário Sérgio Higino alinhado com o juiz das execuções penais Antônio Luiz de Barros, ficam surpresos com o noticiário envolvendo maus tratos a uma detenta na Colônia Penal Feminina, ressaltando que o tratamento dispensado às detentas seria o mais humano possível. Surgem os primeiros indícios de que nem tudo é perfeito na Colônia Penal Feminina, tal qual se exibem nas propagandas do governo.

Cela batida não existe

O juiz das Execuções Penais, Antônio Luiz de Barros afirmou que "na **Colônia Penal Feminina** não existe cela de porta batida nem tampouco qualquer dependência para castigo". A afirmação do juiz Antônio Barros é endossada pelo secretário Sérgio Higino, da Justiça, que sorri ao ser noticiário envolvendo a **Colônia Penal Feminina**, lamentou o equívoco, ressaltando ser o tratamento dispensado às detentas "o mais humano possível".

"Aliás — disse o prof. Antônio Luiz — esse fato não é privilégio nosso, porque isso ocorre em todos os estabelecimentos penais femininos dirigidos pelas Irmãs da Ordem do **Bom Pastor** em todo os Estados do Brasil".

ESCLARECIMENTO

O professor Romualdo Marques Costa, da Universidade Federal de Pernambuco, que acompanhou alunos de Direito à **Colônia Penal Feminina**, juntamente com o seu colega Antônio Pedro Barreto Campelo, esclareceu que os universitários não tiveram contato com a reclusa Maria da Conceição Guerra — "Ninon" — a pedido do advogado Gilberto Marques, assistente da defesa.

Alguns o assistente da defesa — que já se encontrava no estabelecimento antes da chegada dos visitantes — que "Ninon", recolhida há poucas horas, ainda se encontrava traumatizada com o desfecho do seu julgamento e, além do mais, incapacitada fisicamente de man-

ter um diálogo com os estudantes em consequência da longa duração do fútil.

Com estes argumentos considerados justos — prosseguiu o professor Romualdo Marques — o assistente Gilberto Marques fez-me um apelo no sentido de que a sua cliente fosse dispensada de um contato com os estudantes, o que foi atendido.

O professor Romualdo Marques pressupõe que, não tendo os estudantes se avistado com a sra. Maria da Conceição Guerra — cujo julgamento teve a mais ampla repercussão — "tenham interpretado estivesse ela recolhida em situação de isolamento, o que não é verdade e nem haveria motivo para tanto".

Figura 15: Diário de Pernambuco, sáb, 22 de maio de 1976. Ed. 136(1). Primeiro Caderno. p. 12.

Sistema Penitenciário adquire microônibus

Para tornar mais eficiente e regular o atendimento feito pela equipe técnica (psicólogos, sociólogos, médicos e assistentes sociais) do Sistema Penitenciário aos detentos nos vários estabelecimentos penais do Estado, a Secretaria da Justiça, integrou à sua frota de transporte um microônibus de 15 lugares, destinado àquele serviço.

A medida se ajusta plenamente aos objetivos da política penitenciária da Administração Moura Cavalcanti, na qual se destaca a utilização de métodos e fins adequados, visando à recuperação do apenado.

Além das cadeias públicas existentes nas diversas comarcas do Interior do Estado, Pernambuco conta também com as penitenciárias Agrícola de Itamaracá, Professor Barreto Campello e Regional de Canhotinho, o Presídio Mourão Filho, a Colônia Penal Feminina do **Bom Pastor** e o Manicômio Judiciário.

No momento, encontram-se em fase de conclusão o Presídio do Recife, no Curado, e o novo Manicômio Judiciário, instalado na Ilha de Itamaracá, cujas obras atingem, no conjunto, cerca de Cr\$ 100 milhões.

Figura 16: Diário de PE, quinta-feira, 14 de set de 1978. Ed.: 250 (01) p. A-15

De acordo com o descrito na Figura 16 acima, a Secretaria da Justiça adquiriu micro-ônibus na gestão política de Moura Cavalcanti, ocasião em que aproveitou o mesmo discurso do governo anterior, que a recuperação do detento estava ligada à construção de novos presídios, como aquele do curado, que estava em fase de conclusão.



Figura 17: Diário de Pernambuco, sáb. 25 de novembro de 1978.
Ed.: 322(1) p. A-15

Próximo do fim da gestão do governo Moura Cavalcanti, figura 17 acima, mais um discurso do governo, que atrelava a recuperação do detento à construção de novos presídios. A matéria relata sobre a recuperação da presa política médica Selma Bandeira. Segundo o Diretor da Superintendência do Sistema Penitenciário de Pernambuco Antônio Medeiros, a mesma, devido ao seu estado psicológico e para seu melhor conforto mental, deverá passar mais alguns dias no hospital, alegando que o fato de ser presa política muito a incomoda a detenção, alterando seu metabolismo e sugeriu que, após a inauguração do novo presídio em Tejiupió, ela poderia ser transferida da Colônia Penal.

3.3 GOVERNO DE MARCO MACIEL 1979 – 1982

Marco Antônio de Oliveira Maciel Nasceu em Recife, no dia 21 de julho de 1940. Era asado com a Socióloga Anna Maria Ferreira Maciel. Era formado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco e também foi professor e advogado.

Iniciou sua carreira política em 1963 ao ser eleito presidente da União Metropolitana dos Estudantes de Pernambuco, enquanto cursava Direito na UFPE. Elegeu-se em 1966 deputado estadual em Pernambuco pela Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de sustentação do governo militar.

Também na Arena foi deputado federal por dois mandatos, de 1971 a 1974 e de 1975 a 1978. Eleito presidente da Câmara dos Deputados em fevereiro de 1977.

Foi indicado para o cargo de governador do estado, pelo presidente Ernesto Geisel, corroborada pelo sucessor de Geisel, general João Batista Figueiredo.

Foi o terceiro governador da reforma prisional. Seu mandato terminou em 1982, para concorrer a uma vaga no Senado, onde o vice governador José Muniz Ramos, assumiu o cargo até o final de sua gestão em 15 de março de 1983.

† Faleceu em Brasília DF em 12 de junho de 2021.



Figura 18: Diário de Pernambuco, Sexta feira, 16 de março de 1979, primeira página.

3.3.1 REPORTAGENS DO PERÍODO

Festas também nos presídios

A presidente do Serviço Assistencial da Secretaria de Justiça do Estado, Wilma D'Arce Vasconcelos, esposa do titular da pasta, deputado Gonzaga Vasconcelos, está organizando a I Festa do Dia das Mães, em homenagem a funcionários, esposas e mães pertencentes à população carcerária do Estado.

O Sasej funciona na sede da SJ desde o dia 18 de abril, quando foi criado, com a finalidade de "prestar assistência social aos servidores da Secretaria e dependentes, à população carcerária e familiares" salienta a sra. Wilma Vasconcelos.

PRIMEIRA PROMOÇÃO

A festa do Dia das Mães, primeira promoção da entidade obedecerá à seguinte programação: dia 11, sexta-feira, às 15 horas, festa na Colônia Penal Feminina **Bom Pastor**, no Engenho do Meio; sábado, dia 12, às 15 horas, festa no Clube dos Oficiais da Polícia Militar, para funcionários e esposas de funcionários da Secretaria da Justiça; no domingo, às 15 horas, festa nas penitenciárias Barreto Campelo e Agrícola de Itamaracá.

Não haverá homenagens às mães de internados no Instituto Médico Penal e do Manicômio Judiciário porque alguns pacientes não têm condições psicológicas, esclareceu a presidente do Sasej, acrescentando que também no Presídio Mourão Filho não haverá comemorações, "porque se trata de um local de triagem, não oferecendo estabilidade".

O Sasej funcionará com auxílio de subvenções oriundas da União, do Estado e dos Municípios, contribuições espontâneas dos funcionários da Secretaria, até 1 por cento sobre os vencimentos dos que recebem acima de três salários mínimos, e de interessados em colaborar com a organização assistencial.

Figura 19: Diário de PE, sáb. 05 de maio de 1979. Ed.: 119 (01) pag. A-6.

O começo do governo Marco Maciel é marcado pela tradição de festividades como nos governos anteriores, desde o começo da reforma prisional, quando a mídia Pernambucana, principalmente o Diário de Pernambuco, cobriu com frequência essas festividades. Dessa vez, a festa em homenagem ao dia das mães nos presídios do Estado, foi organizada pela esposa do Deputado Gonzaga Vasconcelos, Sra. Wilma D' Arce Vasconcelos, através de doações espontâneas dos funcionários da secretaria, com início das festividades na Colônia Penal Feminina.

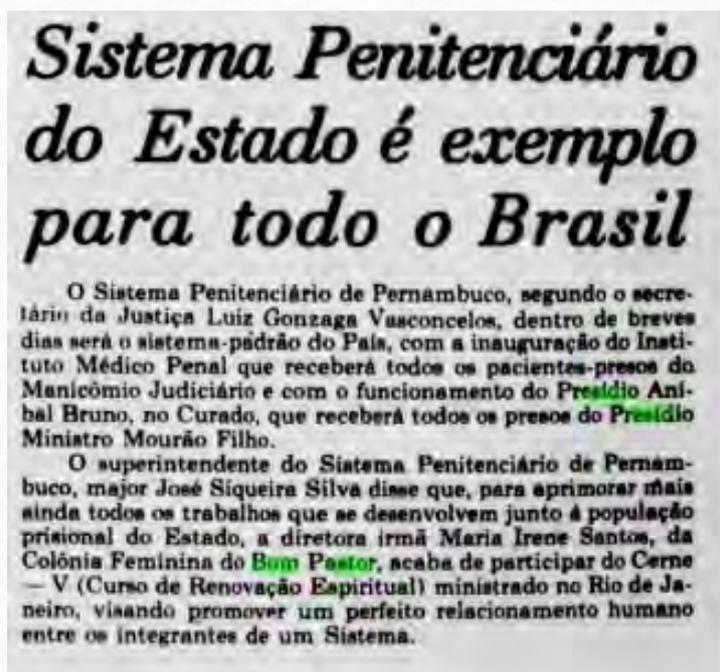


Figura 20: Diário de PE, sab. 23 de jun de 1979. Ed.: 168 (01) pág.. A-17.

Na matéria acima, Figura 20, o secretário da Justiça Luiz Gonzaga Vasconcelos já começa enaltecendo o sistema penitenciário de Pernambuco por mais uma obra que será concluída com a inauguração do Instituto Médico Penal e com o funcionamento do Presídio Aníbal Bruno. Começa o terceiro governo durante a reforma prisional, com o mesmo discurso de modelo para o país com a construção de presídios e obras de infraestrutura.

O Diário de Pernambuco enaltece a Colônia Penal feminina, aproveitando o fato ocorrido na Penitenciária Lemos de Brito no Rio de Janeiro, onde a superlotação e as péssimas condições materiais levaram a uma tentativa de fuga em massa, resultando em quase dez pessoas mortas, não respeitando as regras mínimas do tratamento dos presos elaboradas pela ONU.



Figura 21: Diário de Pernambuco. Domingo de 01 de julho de 1979. Ed.175(1). p.A-27

“Tais regras quase sempre eram ignoradas, enquanto que no Recife a Colônia Penal Feminina dispunha de celas individuais para acomodar 28 mulheres aonde eram realizadas aulas de alfabetização e trabalho remunerado na forma de salário penitenciário, aonde eram administrados pelas irmãs da Congregação do Bom Pastor, ressaltando trabalhos como corte, costura e culinária, além de um ambiente limpo e com apoio psicológico para as detentas”.

Detenta aponta clima de terror

A presa política da **Colônia Bom Pastor**, Selma Bandeira, fez várias denúncias ao senador Teotônio Vilela sobre a situação que considera como “de terror e hostilidade imperante” naquele presídio feminino. Ela e outra presa política, Maria Aparecida dos Santos, receberam visita de meia hora no final da tarde, feita pelo senador alagoano, pelos advogados Eduardo Pandolfi e Paulo Henrique Maciel, pelo deputado Roberto Freire e vários jornalistas.

Teotônio Vilela, que procurou saber da situação psicológica, carcerária e processual de cada uma, contou a elas seus passos como presidente da Comissão Mista do Congresso que examina o projeto de anistia, e pediu-lhes sugestões. “É bom saber que alguém vem pedir-nos sugestões” — disse Selma Bandeira, aparentando estar bem fisicamente. O senador esclareceu que a abrangência da anistia vai depender do comportamento do Congresso Nacional, “que aliás anda fraco e precisa de muita vitamina social”.

SATISFAÇÃO

“Nossa satisfação — disse Selma, referindo-se à visita — fica maior em função do relativo isolamento e discriminação

que estamos sofrendo como presas políticas. Os outros presos do País têm situação carcerária diferente da nossa. Aqui, num ambiente de presos comuns, existe um clima de tensão. Isso nos tem prejudicado muito. Desde nossa entrada aqui, sofremos hostilidade permanente da direção do presídio, ocasionando prejuízos, do ponto de vista da saúde, principalmente psicológico”.

Lembrou que para poderem usar o banheiro comum foi necessário que travassem uma grande batalha. Da mesma forma — disse ela — foi preciso que ficasse seis meses solicitando para mudar-se de uma cela onde o sol bate o dia inteiro.

“Sofremos isolamento não só físico — relatou Selma — mas político, pois ficamos seis meses completamente isoladas, lutando só, enquanto que setores de oposição aí fora não ajudaram na luta. A primeira visita que recebemos foi da esposa do deputado Roberto Freire, Leticia. A pressão feita pelo Conselho Regional de Medicina veio favorecer minha hospitalização e internamento (ela passou meses doente e sem tratamento)”.

CENSURA

“A censura aqui é total — prosseguiu

Selma Bandeira. Livros e jornais da imprensa alternativa são proibidos. Um livro de Gorki e um de José de J. foram barrados. Disseram que eram ordens superiores”. Depois que ameaçamos nos queixar à Auditoria, disseram que a proibição era só uma brincadeira” — acrescentou Maria Aparecida. Segundo Selma, a Superintendência do Sistema Penitenciário alegava que tais restrições eram da responsabilidade da Polícia Federal. “Chegaram a nos apresentar dois agentes falsos da PF. Vim a descobrir que eram falsos pela televisão quando apareceu um dos agentes como segurança ao lado de Hugo Arruda”.

HOSTILIDADE

Disse que as presas comuns são tratadas com grande hostilidade, tendo uma chegada a ficar seis meses na solitária apelidada de “Japão” na companhia de ratonzas, cobras e sujeira, e outra recebido pancadas de tamanco na cabeça, desferidas pela diretora do presídio, irmã Calvário. “Não podemos deixar de manifestar alegria pela anistia, embora parcial. Na medida em que centenas de patriotas podem voltar e na medida em que lutamos pela democracia, nos alegamos.

Figura 22: Diário de Pernambuco, quinta, 19 de julho de 1979. Ed. 193(2). p. A-3.

Conforme Figura 22 acima, o Diário de Pernambuco exhibe uma das poucas matérias quando se trata de críticas à Colônia Penal Feminina e sua administração. Houve várias denúncias feitas pela presa política Selma Bandeira ao Senador Teotônio Vilela, quando este esteve em visita ao Recife. Ela retrata local de “terror e hostilidade imperante” naquele presídio, alegando que livros e jornais da imprensa alternativa são proibidos e que após ameaçar se queixar à auditoria, disseram que a proibição era só brincadeira, de acordo com outra presa política Maria Aparecida.

Será que tais denúncias seriam o início da redemocratização? Tal acontecimento negativo relatado vai contra o discurso do governo, segundo o qual a Colônia Penal Feminina é um exemplo de modelo penitenciário. Com o passar dos anos, esses discursos eram cada vez menos aceitos pela sociedade.



Figura 23: Diário de Pernambuco, quinta, 03 de julho de 1980. Ed.: 177(1), p. A-15

Na matéria acima, Figura 23, o governo Marco Maciel começa a mudar mais a narrativa de recuperação dos detentos, quanto à construção de novos presídios e começa focar mais no discurso de recuperação dos presos, através da educação, muito embora a iniciativa na matéria em destaque, foi do Juiz da 2ª Vara da Justiça Federal, Petrócio Ferreira da Silva, professor da cadeira de criminologia da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, que convidou o Diretor do departamento de serviços técnicos do sistema penitenciário de Pernambuco, Sr. Luiz Fernando Dubeux, para ministrar aula de encerramento para os alunos daquela disciplina.

Anteriormente, os estudantes fizeram uma visita à Colônia Penal Feminina e ao Presídio Anibal Bruno, onde entrevistaram os detentos e posteriormente elaboraram um relatório, que foi apresentado ao titular da cadeira de criminologia como trabalho de avaliação. Aos poucos, os discursos do Estado iam perdendo força diante do surgimento, mesmo que discreto, das matérias que, de certa forma, apresentavam as falhas da reforma.



Figura 24: Diário de Pernambuco. Sáb. 5 de julho de 1980. Ed. 179(1), capa.

O Diário de Pernambuco exhibe a matéria com entusiasmo, aproveitando a visita do papa como propaganda de recuperação da detenta Creuza Maria da Conceição, haja vista os elogios dela à Colônia Penal Feminina, onde o Secretário da Justiça Luiz Gonzaga de Vasconcelos determina que a sentenciada e outras colegas de prisão fossem liberadas para acompanhar a visita do Papa, sendo beneficiadas com o indulto assinado pelo presidente João Figueiredo. Creuza ficou emocionada, enchendo os olhos de lágrimas com desejo de apenas beijar os pés do Papa, dizendo que, se pudesse fazer um pedido, seria um trabalho para poder sobreviver honestamente.

Juiz diz que doméstica foi presa ilegalmente por policiais da SSP

Ao afirmar que “os alunos do Mobral, quando não são arbitrários, sabem perfeitamente que a acusada, para ser recolhida à Colônia Penal do Bom Pastor, deve ser presa em flagrante delito ou por determinação judiciária”, o juiz Benedito Sitônio encaminhou ofício ao secretário Sérgio Higino, da Segurança Pública, protestando contra a prisão ilegal da doméstica Suzana Fernandes Sobrinho.

O fato ocorreu no dia 10 deste mês, segundo o magistrado, sem as formalidades legais, pelo delegado plantonista, quando desde o dia cinco sua prisão já havia sido relaxada pelo titular da

5ª Vara Privativa de Delitos Contra o Patrimônio. O pior é que o policial tinha conhecimento da determinação do juiz.

Justificando sua atitude, o delegado, todavia, informa que a prisão foi em decorrência de uma acusação por parte do comerciante Milton Roque Haas, de que ele havia sido vítima de roubo praticado pela doméstica, e esta lhe havia informado que estava sob o regime jurídico específico (liberdade vigiada), daí tê-la encaminhado de retorno ao presídio, o que forçou o juiz a chamá-lo de “aluno do Mobral”, por se tratar de duas coisas distintas (relaxamento de prisão e liberdade vigiada).

A Figura 25 ao lado relata a matéria na qual o Juiz Benedito Sitônio encaminha ofício ao secretário Sérgio Higino, alegando a prisão ilegal da doméstica Suzana Fernandes Sobrinho, o magistrado diz que a prisão dela já havia sido relaxada pelo titular da 5ª Vara Privativa de Delitos contra o patrimônio.

O fato em destaque da matéria é a conduta desrespeitosa do juiz Benedito, ao chamar o delegado plantonista de “Aluno do Mobral” por se tratar de duas coisas distintas” (relaxamento de prisão e liberdade vigiada).

Figura 25: Diário de PE, sáb, 11 de dez de 1982. Ed: 340 (01) p. A-15

3.4 GOVERNO DE ROBERTO MAGALHÃES 1983 – 1986



Roberto Magalhães assina o livro de posse, no Palácio do Campo das Princesas, ladeado por dona Jane, José Ramos, Marco Maciel e Nilo Coelho

Figura 26: Recife, quarta-feira, 16 de Março de 1983, Primeira página.

Roberto Magalhães Melo nasceu em Canguaretama, Rio Grande do Norte, em 17 de julho de 1933, foi filiado ao União Brasil(União)

Era sobrinho de Agamenon Magalhães, que foi deputado estadual e deputado federal por Pernambuco, interventor e governador desse estado, ministro do trabalho e da justiça e professor catedrático de teoria geral do estado na Faculdade de Direito do Recife.

Roberto Magalhães graduou-se em direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, doutorado em direito privado pela Universidade Federal de Pernambuco, obteve quatro mandatos de deputado federal(1991/1995, 1995/1997, 2002/2007 e 207/2011. Foi prefeito do Recife de 1997 a 2000.

Casado com Jane Coelho Magalhães Melo, que tem a formação jurídica e é pós-graduada em administração e ciência política.

Foi o quarto e último governador da reforma prisional, de 15 de março de 1983 a 14 de maio de 1986.

3.4.1 REPORTAGENS DO PERIODO

Em visita realizada na Colônia Penal Feminina, a subcomissão da OAB estranhou o baixo número de mulheres recolhidas no local, no total de 12, em relação aos anos interiores, haja vista o crescimento da violência e da criminalidade, quando o desemprego e as más condições de vida atingem elevados índices.

A subcomissão constatou a ociosidade dos presídios de Pernambuco em geral, citou que talvez fosse a única Federação que não possui superlotação carcerária, levando-se a acreditar que a causa seria a falta de aparelhamento do Poder Judiciário com varas criminais sem dar vencimento das ações penais, em que os mandados de prisão expedidos pela justiça que são enviados à Secretaria de Segurança Pública ficam muitos sem cumprimentos, onde a Delegacia de Capturas não dispõem de material e pessoal em números suficientes para o cumprimento.

OAB aponta deficiência do sistema penitenciário

COLÔNIA FEMININA

A Colônia Penal Feminina é submetida à administração da Congregação do Bom Pastor, mas integrada ao Sistema Penitenciário do Estado. Em visita realizada ao presídio, em junho passado, a subcomissão da OAB estranhou o número reduzido de mulheres recolhidas: apenas 12, entre condenadas e presas processuais.

"É realmente digno de análise este fato, pois, no momento em que mais existe a participação das mulheres em trabalhos fora do lar, em que há um crescente aumento da violência e da criminalidade, em que o desemprego e as condições de vida atingem os limites do insuportável, em que a prostituição, sob múltiplas formas, provoca a quebra de valores e torna-se meio de subsistência para milhares

de jovens mulheres, ocorra diminuição da população carcerária feminina, que baixou a níveis inferiores aos de 1946 (quando existiam já 20 recolhidas), aos de 1959 (56 mulheres), aos de 1961 (65 mulheres), aos de 1967 (104 mulheres) e aos de 1977 (56 mulheres) e aos de 1979 (32 condenadas)".

Aliás, a capacidade ociosa dos presídios em geral, foi uma das constatações feitas pela subcomissão: "Pernambuco talvez seja o único Estado da Federação que não possui superpopulação carcerária, em que os índices de recolhidos e apenados diminuem, numa região onde as condições de vida são as mais precárias do mundo, em que o desemprego grassa em altíssimos índices, onde a população marginalizada converte-se em perigoso motivo de explosão de conduta violenta".

Segundo a subcomissão, a causa disto é a falta de aparelhamento do Poder Judiciário, com as Varas criminais sem dar vencimento às ações penais intentadas. Destaca que os mandados de

ações penais intentadas, Destaca que os mandados de prisão expedidos pela Justiça e enviados à Secretaria da Segurança Pública ficam, em sua grande maioria, sem cumprimento, por não dispor a Delegacia de Capturas de meios materiais ou pessoal em número suficiente para as buscas.

Em relação à Colônia Penal Feminina, constatou que é "um estabelecimento padrão no Estado, mantendo celas individuais, trabalho, alfabetização, creche para os filhos das recolhidas, alimentação sadia e lazer, possuindo ainda suficiente número de psicólogas, psiquiatras, dentistas, assistentes sociais, clínicos, ginecologistas e assessores jurídicos. É inaceitável a idéia que vem sendo defendida, de desativar a Colônia do Bom Pastor, em função de sua ociosidade, transferindo-se as recolhidas para uma das alas do Instituto Médico Penal, considerado a pior construção penitenciária do Estado, embora seja a mais recente".

Figura 27: Diário de Pernambuco. Dom., 25 de dez. de 1983. Ed.: 353 (01) p. A-22.

Como de costume, o Diário de Pernambuco dá ênfase à Colônia Penal Feminina, onde se destacava pelo seu padrão, com celas individuais, trabalho, alfabetização, creche para os filhos das detentas, boa alimentação e lazer, dispondo ainda números suficientes de psicólogos, psiquiatras, dentistas e outros. A Subcomissão critica ainda a ideia de sua desativação defendida por alguns, devido a sua ociosidade.

NA COLÔNIA FEMININA

Com seus amplos e aseados corredores, plantas e imagens sacras espalhadas por todos os lados, a Colônia do Bom Pastor não parece um estabelecimento carcerário. Dá a impressão de um verdadeiro colégio de freiras, regido pela disciplina religiosa. Nas horas de repouso, o silêncio chega a ferir os ouvidos dos visitantes, habituados à agitação da cidade.

Lá se encontram 35 presidiárias que desempenham diferentes tarefas, com alívio e boa vontade. São dirigidas pela irmã Aldemaria Forte, que ali trabalha há 13 anos, ocupando a direção desde maio do ano passado.

Um problema, entretanto, parece inquietar a E. U. do homossexualismo entre aquelas mulheres que cumprem suas penas distante dos amigos e familiares, sem direito a encontros conjugais.

A única arma que a irmã Aldemaria tem à mão para tentar resolver a questão é a vigilância. As diversas espécies de cursos que são proporcionados às detentas, segundo a irmã, as mantêm ocupadas durante a maior parte do tempo, sem que tenham oportunidade de agitar-se no aspecto sexual.

Devo lembrar ainda - comenta a irmã - que algumas de nossas presas têm o direito de visitar seus familiares, temporariamente. No momento, 17 delas gozam dessa regalia pelo bom comportamento que vêm mantendo.

NA BARRETO CAMPELO

A situação é aparentemente calma na Penitenciária Barreto Campelo. Apesar de, no final do ano passado, ter havido uma pequena revolta dentro da prisão, o coronel José Severino Sobrinho, diretor assistente, afirma que agora tudo está sob controle.

A matéria ao lado refere-se à preocupação da Irmã Aldemaria Forte, juntamente com as outras freiras no combate ao homossexualismo entre as detentas, com forte vigilância, onde não eram permitidos encontros conjugais. Eram oferecidos diversos tipos de cursos destinados às detentas que as mantinham ocupadas durante a maior parte do tempo e que algumas dessas detentas tinham direito de visitar temporariamente seus familiares. Essa vigilância no combate ao homossexualismo foi um dos principais destaques durante a reforma, sendo um dos motivos, inclusive, para as freiras deixarem a administração do presídio, passando para as mãos do Estado na década de 90.

Figura 28: Diário de Pernambuco. Sábado, 13 de abril de 1985. Ed.100(1). Secção B. Pág.1

Pernambuco começa a coibir violência

O governador Roberto Magalhães assinou, ontem, quatro convênios com o Ministério da Justiça, como parte da implantação do "Mutirão contra a Violência" em Pernambuco, para reforçar as polícias Civil e Militar no combate à criminalidade.

O ato contou com a presença do ministro Fernando Lyra, dos secretários estaduais Gilberto Marques Paulo (Justiça) e Mauni Figueiredo (Segurança Pública) e do coronel Nelson Lucena, comandante da Polícia Militar de Pernambuco.

O primeiro acordo, totalizando recursos da ordem de Cr\$ 10 bilhões, servirá para a compra de viaturas e equipamentos de telecomunicações para a pasta da Segurança Pública.

A Secretaria da Justiça, por sua vez, através de dois convênios, terá recursos de 33 milhões de cruzeiros para implantação de cursos de corte e costura no Presídio do Bom Pastor e outro de Cr\$ 213 milhões para instalação de um parque gráfico na Penitenciária Agrícola de Itamaracá.

Por fim, a Polícia Militar de Pernambuco receberá Cr\$ 5 bilhões, que serão destinados ao aumento da frota de patrulhas e equipamentos de telecomunicações, o que permitirá uma ação concreta no combate à criminalidade.

SEGURANÇA

No seu discurso, o secretário da Segurança Pública,

Mauni Figueiredo, afirmou que "o Governo de Pernambuco jamais esteve indiferente ao grito de alarme contra a onda crescente de violência com que o mundo do crime investe contra a ordem e a segurança da sociedade, sempre preocupado com a prioridade da segurança social, procurando investir, dentro de suas disponibilidades, para que pudéssemos equipar em melhores condições o trabalho policial".

O Governo da União, sensível aos problemas da segurança, lançou o Mutirão contra a Violência, objetivando proporcionar ao cidadão maior tranquilidade, com a transferência de recursos para os estados e, nesta oportunidade, Pernambuco celebra o seu primeiro convênio, cujos recursos são destinados à aquisição de viaturas e equipamentos de telecomunicações para a Polícia Civil.

O espírito deste convênio se volta basicamente para a confiabilidade moral e material da ação policial, valores para os quais está voltado, para engrandecimento do Governo do Estado e do Governo da União, a serviço da ordem e da segurança de Pernambuco.

Além do titular da SSP, falaram destacando a importância dos convênios o coronel Nelson Lucena (PMPE), o ministro Fernando Lyra e o governador Roberto Magalhães.

GOVERNADOR

Coube ao sr. Roberto

Magalhães encerrar a solenidade, quando destacou:

- Nos, hoje, aqui damos um bom exemplo: o bom exemplo da conjugação de esforços; o bom exemplo da articulação de ações; o bom exemplo de colocar o serviço em favor da comunidade, acima de quaisquer interesses partidários ou pessoais.

A respeito das medidas adotadas contra a violência, o chefe do Executivo pernambucano lembrou a recente visita que recebeu de uma comissão de caruaruenses: - Mais uma caravana do que uma comissão, pelo número dos seus integrantes, que veio pedir que o meu Governo se fizesse mais presente na ação policial naquele município. E a reivindicação era a Patrulha de Bairros.

- E muito embora eu já tivesse a palavra do ministro Fernando Lyra de que iria ajudar o Governo nesse programa, e mesmo sabendo que não tinha sido possível, ainda, assinar este convênio, em menos de 15 dias fizemos chegar a Patrulha de Bairros a Caruaru. Fizemos modificações na Polícia Civil e na Polícia Militar, para atender aos reclamos da comunidade caruaruense.

- Este gesto de boa vontade do governante, que é também o cumprimento do seu dever para com todos os pernambucanos, porque na democracia o governante é eleito pela maioria, mas ele é governante de todos aqueles que integram a comunidade que lhe coube governar.

Figura 29: Diário de PE. Ter. 28 de jan. de 1986. Ed.: 27 (01) pág. A-10.

Próximo do término do governo Roberto Magalhães, é assinado convênio com o Ministério da Justiça para implantação de mutirão contra violência, reforçando a Polícia Civil e Militar para combater a criminalidade, irá comprar novas viaturas e equipamentos de telecomunicações. Já a Colônia Penal Feminina terá recursos de trinta e três milhões de cruzeiros para a implantação de curso de corte e costura, a Penitenciária Agrícola de Itamaracá receberá duzentos e treze milhões para a instalação de um parque gráfico. Fica evidente na matéria acima a distinção do tratamento dado pelo governo, entre o presídio masculino e o presídio feminino, não só pelo montante financeiro bem maior para os presos masculinos, mas também pelos cursos ofertados entre os segmentos.

4. LINHA DO TEMPO

1973

DESATIVAÇÃO DA CASA DE DETENÇÃO

A Antiga Casa de Detenção, em Recife-PE, foi inaugurada em 1855 e funcionou ininterruptamente por quase 120 anos.

Depois desse período de funcionamento, a Casa de Detenção foi desativada, dando lugar ao que é hoje Casa da Cultura.

1975

POSSE DO SEGUNDO GOVERNADOR DA REFORMA

Em março de 1975, Francisco Moura Cavalcanti toma posse como segundo governador da reforma prisional de Pernambuco.

1978

POLITICA REFORMISTA

Em 24 de julho de 1978, criação da Lei nº 7.698 (Código Penitenciário do Estado), que teve como meta principal humanizar o regime penitenciário.

1979

CONSTRUÇÃO DO PRESÍDIO ANIBAL BRUNO

Assim teve início a era de criação das penitenciárias em Pernambuco, onde, em 6 de março de 1979, foi inaugurado o Presídio Anibal Bruno, no Recife.

1981

DECRETO 7.420

Nova estrutura organizacional através do Decreto nº 7.420 de 31 de agosto de 1981, criando chefias de divisões e serviços.

1983

CRÍTICAS DA OAB AO SISTEMA PENITENCIÁRIO

A subcomissão da OAB estranha número de detentas recolhidas neste período, em relação aos números anteriores, haja vista o crescente número da violência e criminalidade. Para OAB, a falta do aparelhamento do Poder judiciário seria o motivo de Pernambuco ser a única Federação sem superlotação no sistema penitenciário feminino.

1986

FIM DA REFORMA PRISIONAL

Termina a reforma prisional em Pernambuco e o fim da ditadura militar no Brasil com as eleições diretas, sendo eleito Miguel Arraes de Alencar o primeiro Governador de Pernambuco após a reforma.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Debater o período compreendido como Reforma Prisional no Estado de Pernambuco foi extremamente importante, uma vez que tivemos a chance de observar, por meio deste almanaque, como a ótica punitiva era encarada em nosso sistema carcerário. Em particular, tratando-se das mulheres, notou-se que há poucos trabalhos desenvolvidos sobre a situação em que se encontram nas penitenciárias, sendo, muitas vezes, esquecidas, tanto do ponto de vista acadêmico, como também social.

Em nosso estudo, mostramos não apenas como a mídia fez usos da reforma prisional para enaltecer este feito com seus posicionamentos favoráveis, mas também demonstramos como as mulheres eram tratadas na detenção.

Analisar a reforma prisional de Pernambuco foi uma forma de adentrarmos naquele universo de clausura, compreendendo as justificativas, argumentos e campanhas veiculadas nos meios de comunicação para incutir um discurso governamental na mente da população. Isso reflete as tentativas de legitimação que os governantes procuraram fazer, recorrendo a expor na mídia os textos dos secretários de Justiça do Estado, bem como argumentos de que a Reforma Prisional de Pernambuco serviu de modelo para o Governo Federal, na época do Regime Civil-Militar.

Na visão de Dário Melossi,

“A produção de uma nova humanidade – a reprodução daquela parte específica do modo de produção capitalista constituída pelo capital variável – que está no núcleo da invenção da prisão (mas que certamente não se limita a esta), está obscura na análise fornecida por Rusche. (Melossi, 1982, p. 21).

Ou seja, a prisão poderia ser comparada a um modelo de produção final, cuja finalidade carrega consigo traços do Sistema Capitalista. Ao mesmo tempo, Melossi reflete, em sua análise, que os detentores do poder, no caso as elites, que punem, são os mesmos que formulam as leis - o que ressalta o caráter repressivo do Estado. Nisto, a punição atingia em maior parte as classes menos favorecidas. Desse modo, este cenário reflete a relação em torno do capital financeiro, que é reproduzido pelo Estado.

Destacamos as informações ricas, mas também questionáveis, de que a mídia pode nos trazer, sobretudo pelo cotidiano, que podem passar despercebidas na época pelo público, mas não para o historiador do passado, sendo uma ampla fonte de estudos. Por outro lado, reiteramos a importância do historiador em fazer uma crítica às fontes, tal qual fizemos, uma vez que os discursos podem ser construídos, criados e repassados pelos detentores do poder para influenciar um posicionamento ou ações de um determinado grupo político da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguirre, Carlos. **Cárcere e sociedade na América Latina, 1800-1940**. In: Maia, Clarissa Nunes; Sá Neto, Flávio de; Costa, Marcos; Bretas, Marcos Luiz (Orgs.). História das prisões no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco v.1, 2009;
- Azevedo, Kleber Amorim de. **O Sistema Penitenciário. Recife**: Secretaria da Justiça de Pernambuco, 1986;
- Chartier, Roger. **História Cultural**. Descrição: Roger Chartier - A história cultural, Direitos autorais: © All Rights Reserved, p. 02, 2011;
- Deleuze, G. (2003). **Proust e os signos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=5131931&pid=S2238-152X201900010000600005&lng=pt. Acesso em 22 de jul de 2023;
- Farge, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009;
- Foucault, Michel. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão**; 35ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979, p. 131;
- Gaspar, Lúcia. **Casa da Cultura (Recife, PE)**. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. Acesso em 06 ago. 2023;
- Luca, Tania Regina de. **“História dos, nos e por meio dos periódicos”**. In: Pinsky, Carla Bassanezi (Org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008;
- Maranhão, A. P. B.; AGUIAR, Sylvana Maria Brandão. **Introdução ao sistema prisional e a patrimonialização da casa de detenção do Recife: da tortura a cultura**. In: Museologia e Patrimônio, v. 9, p. 79-91, 2016;
- Melossi, Dario e Pavarini, Massimo. **Cárcere e fábrica - As origens do sistema penitenciário (séculos XVI e XIX)**. Rio de Janeiro: Revan/ ICC, 2006;
- Negromonte, Pércio. **Um breve histórico da prisão de mulheres**. In: Mecanismo estadual de prevenção e combate à tortura: relatório temático: um olhar sobre o encarceramento feminino. Recife: CEPE, 2017;
- Oliveira, T. R., & Silva, L. A. (2013). **A história das presas políticas do Bom Pastor**. Anais Eletrônicos do VI Colóquio de História, 255-260.
- Pavarini, Massimo. **Control y dominación**. Teorias criminológicas burguesas y proyecto hegemônico. México: Siglo XXI, 1988;
- Rusche, Georg; Kirchheimer, Otto. **Punição e estrutura social**. Trad. Gizlene Neder. 2ª. Ed., Rio de Janeiro: Revan, 2004;
- Santos, Charisma Cristina Alves Tomé dos. **Um Olhar Sobre a Colônia Penal Feminina do Recife: dinâmica e compreensão do perfil da mulher no cárcere**. Recife: FIR, 2009, 100 p. Monografia de Especialização. Disponível em https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=5475. Acesso em 13/12/2021;